



Simulado Final

# CGE PB

Auditor de Contas Públicas  
– Especialidade: Contabilidade e  
Finanças Públicas - Pós-Edital

# Simulado

Simulado CGE PB – Auditor de Contas Públicas – Especialidade:  
Contabilidade e Finanças Públicas

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso – CGE PB – Auditor de Contas Pública – Especialidade: Contabilidade e Finanças Públicas;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

## PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-CGE-PB-24-02>

01 - CE	21 - CE	41 - CE	61 - CE	81 - CE
02 - CE	22 - CE	42 - CE	62 - CE	82 - CE
03 - CE	23 - CE	43 - CE	63 - CE	83 - CE
04 - CE	24 - CE	44 - CE	64 - CE	84 - CE
05 - CE	25 - CE	45 - CE	65 - CE	85 - CE
06 - CE	26 - CE	46 - CE	66 - CE	86 - CE
07 - CE	27 - CE	47 - CE	67 - CE	87 - CE
08 - CE	28 - CE	48 - CE	68 - CE	88 - CE
09 - CE	29 - CE	49 - CE	69 - CE	89 - CE
10 - CE	30 - CE	50 - CE	70 - CE	90 - CE
11 - CE	31 - CE	51 - CE	71 - CE	91 - CE
12 - CE	32 - CE	52 - CE	72 - CE	92 - CE
13 - CE	33 - CE	53 - CE	73 - CE	93 - CE
14 - CE	34 - CE	54 - CE	74 - CE	94 - CE
15 - CE	35 - CE	55 - CE	75 - CE	95 - CE
16 - CE	36 - CE	56 - CE	76 - CE	96 - CE
17 - CE	37 - CE	57 - CE	77 - CE	97 - CE
18 - CE	38 - CE	58 - CE	78 - CE	98 - CE
19 - CE	39 - CE	59 - CE	79 - CE	99 - CE
20 - CE	40 - CE	60 - CE	80 - CE	100 - CE

---

PORTUGUÊS

---

*Felipe Luccas*

**01.** “Se você andar na beira do parapeito, vai acabar caindo e se machucando”

O argumento acima exemplifica uma estratégia de:

- a) sedução;
- b) comoção;
- c) intimidação;
- d) provocação;
- e) confusão;

**02.** “Parte amanhã bem cedo e não encontrará engarrafamento na estrada”.

O conectivo destacado apresenta, no contexto, valor de

- a) adição;
- b) conclusão;
- c) causa;
- d) explicação;
- e) motivação.

**03.** Assinale a frase em que houve troca indevida entre todo/todo o.

- a) O curso se estendia por todo dia.
- b) Ele brigava com a mãe todo dia.
- c) Todo dia havia um acidente ali.
- d) Todo o dia havia música alta dos vizinhos.
- e) Todo dia é preciso se expor à luz solar.

**04.** “Faça a sua parte.

Estude, regularmente, cinco horas por dia. Alimente-se nas horas certas. Destine uma hora, três vezes por semana, para se exercitar. Reserve uma hora por dia para descansar a cabeça, ouvindo música, assistindo a um filme, enfim. Este é o caminho para a aprovação.

O texto acima apela predominantemente para um valor social, que é

- a) a saúde física;
- b) o equilíbrio mental;
- c) o lazer adequado;
- d) a disciplina;
- e) a aprovação;

**05.** Analise o trecho abaixo:

“Não lhe peço nada, já não me importa dormir, posso andar por essa estrada até o sol me bater na cara.”

Predomina no fragmento a linguagem

- a) Argumentativa.
  - b) Coloquial.
  - c) Expositiva.
  - d) Depreciativa
  - e) Formalista.
-

**06.** “Acolher, Escutar, Aconselhar – BNP (Banco Nacional Privado)”.

Considerando o esquema argumentativo da sentença acima, interpreta-se:

- a) Se você vier ao BNP, então você será acolhido, ouvido, aconselhado.
- b) Somente no BNP você será acolhido, ouvido e aconselhado.
- c) Convém ser apenas acolhido, ouvido e aconselhado no BNP.
- d) Ora, se você quer ser acolhido, logo você não pode deixar de vir ao BNP.
- e) Quem quer ser ouvido e aconselhado, deve vir ao BNP.

**07.** Observe a situação comunicativa:

Locutor: O clima ficou maluco.

Interlocutor: Dizer que o clima ficou maluco não é verdade, as temperaturas estão estáveis e os dias da semana foram ensolarados e frescos.

Em relação à afirmação inicial, o comentário do interlocutor documenta uma:

- a) negação;
- b) refutação;
- c) proibição;
- d) anulação;
- e) questão.

**08.** Assinale o trecho em que se verifica uso dêitico de um pronome:

- a) Morava num sobrado. Nesta casa passei toda a minha vida.
- b) Muitos questionam a saúde mental nesta época de infinita informação.
- c) Maria era daquelas que precisavam errar várias vezes para entender.
- d) Homem e mulher: o sonho desta muitas vezes é o pesadelo daquele.
- e) Nunca entramos duas vezes no mesmo rio, mas a água é sempre fria.

**09.** Assinale a alternativa em que a inversão da ordem dos termos causaria mudança de classe e de sentido:

- a) cego cavalo
- b) ruído alto
- c) pobre mulher
- d) bom caçador
- e) várias regiões

**10.** Ocorre uma correlação inadequada em:

- a) Se ela pudesse e lhe fosse permitido, casava ainda antes dos dezoito.
- b) Ainda que sejamos responsáveis por tudo, nem sempre somos culpados.
- c) Ele fundou há décadas a empresa que se tornaria a mais valiosa do país.
- d) Levantasse a voz um pouco, a mãe imediatamente a repreenderia.
- e) Faça o que eu disse, não faça o que eu fiz, faria ou tenho feito.

**11.** Observe a seguinte frase: *Sucesso significa realizar seus próprios sonhos, cantar sua própria canção, dançar sua própria dança, criar do seu coração e apreciar a jornada, confiando que não importa o que aconteça, tudo ficará bem. Criar sua própria aventura!*

(Elana Lindquist)

Sobre os componentes e significação dessa frase, assinale a afirmação incorreta.

- a) A estrutura da frase é a de uma definição.
- b) A sentença envolve o campo semântico da música.
- c) Há uma comparação entre a sucesso e riqueza.
- d) Diversos verbos foram conjugados na voz ativa.
- e) A definição se enquadra na tipologia descritiva.

**12.** Observe a seguinte frase: *Sucesso significa realizar seus próprios sonhos, cantar sua própria canção, dançar sua própria dança, criar do seu coração e apreciar a jornada, confiando que não importa o que aconteça, tudo ficará bem. Criar sua própria aventura!*

(Elana Lindquist)

Sobre os elementos estruturais do pensamento acima, é correto afirmar que:

- a) “bem” é um termo adverbial de modo.
- b) “sua própria aventura” é objeto indireto.
- c) “realizar seus próprios sonhos” é sujeito.
- d) os infinitivos apresentam sujeito indeterminado.
- e) os pronomes possessivos têm função de complemento.

**13.** Assinale a opção que mostra a frase em que houve troca indevida entre sob/sobre.

- a) Professores investem a vida em aprender sobre suas disciplinas.
- b) A casa está sempre sobre reforma.
- c) O cão se inclinava sobre o muro para latir.
- d) Sob o ponto de vista da maioria, o imposto era leonino.
- e) Sobre não pagar dívidas, a multa é altíssima.

**14.** Assinale a alternativa em que não ocorre ambiguidade:

- a) O juiz não recebeu a petição, pois não era competente.
- b) A demissão do vice-presidente surpreendeu a todos.
- c) Encontrei o livro sujo sob a cama do quarto de hóspedes.
- d) O policial nega ter agredido o ladrão em sua casa.
- e) Eles são agentes de lutadores muito promissores.

**15.** Entre os cinco pares de vocábulos a seguir, assinale aquele em que a forma aumentativa não indica uma realidade diferente.

- a) sapato / sapatão.
- b) caixa/ caixão.
- c) orelha / orelhão.
- d) pescoço / pescoção.
- e) braço / bração.

## INGLÊS

*Adolfo Sá*

US unions target the housing affordability crisis as their ‘biggest issue’

As housing has become a top issue in strikes and protests in recent months, US unions are pushing for change and backing innovative solutions for the housing affordability crisis.

With US house prices and rents rising in recent years, and high interest rates and inflation taking their toll, housing affordability has become a major issue at the bargaining table for US labor unions. Many workers are facing 60-, 90-, even 120-minute commutes to work because they cannot afford to live near their jobs.

Housing has been a big issue in the recent rolling strikes by thousands of Los Angeles hotel workers. In Oregon, 400 Yamhill county government employees went on strike in November because, the union said, “many workers are not able to afford housing”. In the Twin Cities, worker dismay about large rent hikes is fueling plans for a multi-union strike by up to 30,000 workers in March. When San Francisco hotel workers hold contract talks later this year, housing affordability will be a top issue.

“Housing is a very important issue for our members,” said Anand Singh, president of the Unite Here hotel workers’ union in San Francisco. “Our members can’t absorb the sudden rent increases they’ve seen. They’re evicted from their homes. They’re

pushed further and further down the housing ladder.”

Milagros Vela, a housekeeper at the Hilton San Francisco Union Square, said her monthly rent jumped from \$1,800 to \$2,800 during the pandemic, and as a result, she moved to a less expensive town, Antioch, 45 miles (72km) east of San Francisco. “Many days it’s a two-hour commute each way,” Vela said. “It’s very frustrating. It prevents me from spending time with my daughters and grandkids.”

The affordability crisis has spurred many responses. Last November, the United Food and Commercial Workers and other unions helped win approval of a ballot initiative in Tacoma, Washington, that bans cold-weather evictions between 1 November and 1 April and bars evicting households with students or educators anytime during the school year. The measure also requires landlords that raise rents by 5% or more to offer two months’ relocation assistance to tenants – and for rent increases of 10% or more, three months’ assistance.

Other unions have taken the issue head on, for instance, by lobbying for the building of more affordable housing. With the teachers’ union complaining that educators can’t afford to live in the Miami area, the Miami-Dade county school district is planning to convert several schools into teacher housing. In Las Vegas, the Culinary Union, which represents 60,000 hotel and restaurant workers, has increased its down payment assistance to \$25,000 for union members buying their first homes.

[...]

The San José Teachers Association is urging the school district to build subsidized housing for teachers on unused or underused school property. “Housing is probably the biggest issue for us,” said Renata Sanchez, the union’s president. “It totally messes with people’s work-life balance. We are at our schools a minimum of seven hours a day, and when you add in up to four hours of commuting time each day, that’s already half of your day. Our

members are having to make hard decisions: am I going to do what I want to do for my students or do I go home to be a partner or parent to my own family?”

<https://www.theguardian.com/society/2024/feb/16/unions-affordable-housing>

**16.** According to the article, what is one major consequence of the housing affordability crisis? a) Increased job opportunities.

b) Decreased commute times.

c) Workers being unable to live near their jobs.

d) Higher wages for union members.

e) Improved public transportation.

**17.** What was the result of a ballot initiative supported by unions in Tacoma, Washington?

a) Approval of increased property taxes

b) Implementation of a ban on cold-weather evictions

c) Introduction of stricter immigration policies

d) Creation of new luxury housing developments

e) Expansion of public housing programs

**18.** How has the Miami-Dade county school district responded to the housing affordability issue faced by educators?

a) Offering free housing to all teachers

b) Providing rental assistance to all school staff

c) Converting several schools into affordable teacher housing

d) Building luxury condominiums for educators

e) Implementing salary increases for teachers

**19. READ THE SENTENCE BELOW.**

“many workers are not able to afford housing”

The sentence could be rewritten, without changing its meaning, as

“many workers can’t afford housing”

“many workers shouldn’t afford housing”

“many workers mustn’t afford housing”

“many workers wouldn’t afford housing”

“many workers had better afford housing”

**20. READ THE SENTENCE BELOW.**

In the Twin Cities, worker dismay about large rent hikes is fueling plans for a multi-union strike by up to 30,000 workers in March.

The word “dismay” could be replaced by

Joy

Satisfaction

Hope

Consternation

Cheerfulness

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

*Elisabete Moreira*

**21.** As organizações públicas vêm adotando o planejamento estratégico como modelo de mudança voltado a atender as necessidades dos cidadãos e deixá-los satisfeitos em suas demandas. Acerca do tema, avalie as afirmativas:

I. O planejamento estratégico é um processo emergente e incremental de aprendizado.

II. O ambiente externo deve ser considerado como um dos fatores importantes no jogo estratégico. No ambiente da tarefa, por exemplo, devem ser considerados para análise os cidadãos, os fornecedores, a tecnologia, os fatores econômicos, entre outros.

III. A visão organizacional refere-se a uma identidade comum quanto aos propósitos da organização para o futuro, a fim de orientar o comportamento dos seus membros quanto ao destino que a organização deseja construir e realizar.

Está correto o que consta APENAS em

a) II e IV.

b) I e III.

c) III e IV.

d) I e II.

e) II e III.

**22.** O *Balanced Scorecard* (BSC) – Indicador Balanceado de Desempenho – é uma metodologia de medição e gestão de desempenho desenvolvida pelos professores da *Harvard Business School* (HBS) Robert Kaplan e David Norton. Com relação ao BSC, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

( ) A construção do BSC deve partir da Visão e da Estratégia, do geral ao particular, num processo de desdobramento até o nível operacional.

( ) Para viabilizar as mudanças necessárias na organização, Kaplan e Norton identificaram três papéis críticos desempenhados: construtor, comunicador e implantador.

( ) São componentes do BSC os temas estratégicos, objetivos estratégicos, metas e aprendizado e crescimento.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F, V e F.

b) F, V e V.

c) V, F e F.

d) V, V e F.

e) V, F e V.

**23.** Após terem sido formuladas, as políticas públicas só se transformam em ações governamentais se forem implementadas. A implementação, por sua vez, pode ser conduzida segundo diferentes modelos. Caso prevaleça o modelo de cima para baixo (*Top-Down*), indique qual das características não deverá estar presente.

a) Cadeia de comando com foco nos decisores de alto escalão.

b) Objetivos definidos e não-contraditórios.

c) Envolvimento de atores públicos e privados com a implementação e avaliação da política.

d) Baixa autonomia dos níveis médio e inferior da gestão pública.

e) Ênfase na comunicação de objetivos/tarefas, coordenação de ações e responsabilização pelo cumprimento das atribuições de cada parte.

**24.** A avaliação é uma das etapas de um ciclo de gestão de políticas públicas para fundamentar entendimentos valorativos da realidade e abastecer o avaliador de parâmetros para julgar. Com relação aos critérios de avaliação, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

( ) Eficácia corresponde aos resultados sociais (outcomes) relacionado à redução do problema e a geração de valor para a população.

( ) Eficiência administrativa trata da relação entre produtividade (outputs) e recursos utilizados (inputs).

( ) Eficiência operacional, está associado à análise dos custos e prazos esperados em relação ao realizado.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F, V e F.

b) F, V e V.

c) V, F e F.

d) V, V e F.

e) F, F e V.

**25.** Sobre as políticas públicas, assinale a única opção correta.

a) A agenda governamental é composta, entre outras coisas, por temas que expressam interesses e valores e reflete o momento em que os interesses dos atores são equacionados.

b) Uma demanda só passa a constituir uma política pública quando se torna um problema público.

c) A implementação corresponde à execução de decisões anteriores e abrange a definição de critérios, indicadores e padrões que devem ser colocados em prática para o alcance dos resultados da política.

d) Ao contrário do processo de decisão, a implementação não inclui elementos políticos, já que compete aos agentes da burocracia.

e) A avaliação somativa de políticas públicas ocorre na fase final do processo e envolve a correção dos desvios em relação ao planejado.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

*Nelma Fontana*

**26.** O Município Beta, por lei de iniciativa parlamentar, ampliou o número de beneficiários de isenção de IPTU. O prefeito, inconformado, pretende levar a matéria ao conhecimento do Poder Judiciário, porque a seu ver, a lei é formalmente inconstitucional, uma vez que matéria tributária é assunto de iniciativa privativa do Chefe do Executivo. A respeito do caso hipotético, indique a única assertiva correta.

- a) O prefeito de Beta tem razão, porque a Constituição Federal reservou ao Chefe do Executivo a iniciativa de leis que tratam de matéria tributária.
- b) Não assiste razão ao prefeito, porque matéria tributária só é de iniciativa privativa do Chefe do Executivo no âmbito federal.
- c) O prefeito está equivocado, uma vez que matéria tributária é da iniciativa concorrente, de forma que o projeto de lei pode ser apresentado tanto pelo prefeito quanto pelos parlamentares.
- d) Para questionar a inconstitucionalidade, o prefeito deveria ter vetado o projeto de lei, pois a sanção convalidou o vício de iniciativa.
- e) A lei municipal é inconstitucional, mas não pela razão apresentada pelo prefeito e sim porque norma geral em matéria tributária é assunto da competência da União.

**27.** A norma constitucional segundo a qual “a lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho”, na classificação de José Afonso da Silva, possui

- a) eficácia limitada de princípio programático.
- b) eficácia plena e aplicabilidade imediata.
- c) eficácia diferida e aplicabilidade direta e imediata.
- d) eficácia contida e aplicabilidade mediata.
- e) eficácia limitada de princípio institutivo.

**28.** Lei de determinado estado da federação dispôs sobre a aceitação, no estado, de diplomas expedidos por Universidades estrangeiras. A respeito do tema, consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal e de acordo com o texto da Constituição Federal, aponte a alternativa correta.

- a) A lei estadual é formalmente inconstitucional, por invasão da competência privativa da União para fixar as diretrizes e bases da educação nacional.
- b) A lei estadual é constitucional, porque a competência para legislar sobre educação e ensino é concorrente.
- c) O estado Alfa só poderia exercer a competência suplementar sobre a matéria.
- d) A lei estadual é constitucional, mas a superveniência de lei federal sobre a matéria suspenderá a eficácia da lei estadual no ponto contrário.
- e) A lei estadual é constitucional, porque compete aos estados legislar sobre assunto de interesse regional.

**29.** Acerca da ordem econômica, nos termos fixados no Título VII da Constituição Federal, indique a opção correta.

- a) São princípios da ordem econômica, dentre outros, a propriedade privada, a busca do pleno emprego e o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- b) A Constituição Federal assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que mediante autorização do Poder Público.
- c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, porque pertencentes da Administração Pública Indireta, usufruem de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- d) A atividade de garimpagem, ainda que em cooperativas, será reprimida pelo Estado, por meio da aplicação de penalidades, por ofensa ao meio ambiente.
- e) Constituem monopólio da União a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural, mas a refinação do petróleo pode ser autorizada sob regime de permissão.

**30.** João é vereador de Alfa. Durante evento de seu partido em Beta, no momento em que discursava, proferiu várias palavras injuriosas que feriram a honra de Sebastião, prefeito da cidade. A respeito do fato narrado, aponte a única alternativa que se compatibiliza com a Constituição Federal.

- a) João é vereador e está acobertado por imunidade material, de forma que não responderá civil e nem penalmente por sua manifestação.
- b) João poderá ser responsabilizado civilmente por suas palavras, mas não responderá penalmente, porque tem imunidade formal.
- c) João poderá ser responsabilizado civil e penalmente por suas palavras, porque a imunidade material do vereador não alcança palavras proferidas fora do município em que exerce o mandato eletivo.
- d) Na situação narrada, João, embora fora de seu município, agiu na qualidade de vereador, porque discursou em evento planejado por seu partido. Assim, estará acobertado por imunidade material e formal.
- e) Vereadores não têm imunidade material e nem formal.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

*Antônio Daud*

**31.** Acerca dos princípios da Administração Pública, julgue os itens a seguir:

- I. O princípio da impessoalidade veda a promoção pessoal dos agentes públicos por meio da publicidade de atos, obras e campanhas dos órgãos públicos.
- II. O princípio da sindicabilidade impõe que a Administração Pública se submeta a controle, tanto realizado por ela mesma, como também pelo Poder Judiciário.
- III. O princípio da especialidade refere-se aos órgãos especializados decorrentes da desconcentração administrativa.

Sobre essas assertivas, pode-se afirmar que:

- a) I e III são verdadeiras.
- b) I, II e III são verdadeiras.
- c) I e II são verdadeiras.
- d) II e III são verdadeiras.
- e) Apenas a III é verdadeira.

**32.** O governador do Estado Alfa editou ato normativo para restringir determinados direitos individuais dos jurisdicionados, porém não indicou os fatos e fundamentos jurídicos que o levaram a tomar tal decisão. Uma vez que esse tipo de ato, segundo a Lei, é de motivação obrigatória, a falta desse elemento constituiu vício de:

- a) competência
- b) finalidade
- c) forma
- d) motivo
- e) objeto

**33.** Em relação à prestação de serviços públicos, assinale a alternativa correta:

- a) As concessionárias de serviços públicos são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de cinco datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.
- b) É vedado ao poder concedente autorizar a assunção do controle ou da administração temporária da concessionária por seus financiadores e garantidores com quem não mantenha vínculo societário direto.
- c) A concessão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que deve observar os termos da Lei 8.987/1995, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do respectivo contrato pelo poder concedente.
- d) A autorização de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que deve observar os termos da Lei 8.987/1995, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do respectivo contrato pelo poder concedente.
- e) Não se caracteriza descontinuidade do serviço a sua interrupção, após prévio aviso, em virtude de inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade, a qual não poderá iniciar-se na sexta-feira, no sábado ou no domingo, nem em feriado ou no dia anterior a feriado.

**34.** No que se refere ao controle sobre a atuação administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) O controle judicial, em regra, possui caráter corretivo, havendo, todavia, situações em que admite-se o prévio controle judicial, a exemplo do Mandado de Segurança Preventivo.
- b) A fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública federal integra o controle externo exercido pelo Ministério Público Federal com o auxílio das contadorias da justiça federal.
- c) O controle judiciário deriva do poder-dever de autotutela que se exerce sobre a atuação administrativa.
- d) O controle administrativo ocorre sobre os aspectos de legalidade e mérito, podendo ser exercido unicamente pelo Poder Executivo sobre suas próprias ações.
- e) O poder de fiscalização que um órgão da administração centralizada exerce sobre autarquia a ele vinculada caracteriza controle administrativo por subordinação.

**35.** Em relação aos atributos do ato administrativo, é correto afirmar que:

- a) possuem significado equivalente ao dos elementos de validade dos atos.
- b) a presunção de veracidade informa que os atos são considerados legais e legítimos até que se prove o contrário.
- c) a presunção de legitimidade postula que são considerados verdadeiros os fatos declarados para a prática do ato administrativo.
- d) a autoexecutoriedade representa a desnecessidade de se submeter ao Poder Judiciário os atos administrativos previamente à sua execução.
- e) a tipicidade resulta na imposição dos efeitos do ato administrativo aos administrados.

**36.** Assinale a alternativa que apresenta corretamente característica da Organização Social:

- a) tratar-se de ente privado revestido de finalidade lucrativa.
- b) pertencer à Administração Pública, em sua dimensão subjetiva.
- c) qualificação que depende exclusivamente de ato de competência do Ministro da Justiça e Segurança Pública.
- d) exigência de comprovação de funcionamento há pelo menos 1 ano.
- e) participação de representante da Administração Pública no Conselho de Administração.

**37.** No que se refere à Lei nº 12.846/2013, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) No âmbito do Poder Executivo federal, a Controladoria-Geral da União terá competência concorrente para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas ou para avocar os processos instaurados, para exame de sua regularidade ou para corrigi-lhes o andamento.
- b) Compete à Controladoria-Geral da União, como regra geral, a apuração, o processo e o julgamento dos atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira.
- c) A Controladoria-Geral da União é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira.
- d) As sociedades controladoras de pessoas jurídicas que praticaram atos lesivos em desfavor da Administração Pública serão exclusivamente responsáveis pelas condenações aplicadas com base na Lei Anticorrupção, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.
- e) Constitui ato lesivo à administração pública a conduta de intervir na atividade de fiscalização de órgãos ou agentes públicos.

**38.** Assinale a alternativa que NÃO apresenta óbice para indicação a cargo de administrador de empresa estatal:

- a) pessoa que exerceu cargo em organização sindical, tendo se desligado há 24 meses.
- b) pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político-administrativa controladora da estatal ou com a própria entidade.
- c) de pessoa que atuou, nos últimos 36 meses, em trabalho vinculado à realização de campanha eleitoral.
- d) de dirigente estatutário de partido político.
- e) de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, licenciado do cargo.

**39.** Assinale a alternativa que menciona corretamente os componentes do Governo Digital (Lei 14.129/2021):

- a) Base Nacional de Serviços Públicos, Cartas de Serviços ao Usuário e Plataformas de Governo Digital.
- b) Base Nacional de Serviços Públicos, Cartas de Serviços ao Usuário e Governo como Plataforma.
- c) Base Nacional de Serviços Públicos, Laboratórios de Inovação e Plataformas de Governo Digital.
- d) Redes de Conhecimento, Base de serviços públicos e Plataformas de Governo Digital.
- e) Laboratórios de Inovação, Cartas de Serviços ao Usuário e Redes de Conhecimento.

**40.** Tomando por base as regras atualizadas da Lei 8.429/1992 e os entendimentos do STF a respeito, assinale a alternativa correta:

- a) Prescreve no prazo de 8 anos a pretensão de ressarcimento do Estado, diante de agente que intencionalmente tenha gerado dano ao erário, mediante ato de improbidade administrativa.
- b) A entrega de cópia da declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza somente será necessária para posse e exercício do agente.
- c) A lei de improbidade administrativa aplica-se exclusivamente àqueles que atuam em nome do Estado, ainda que de maneira não remunerada.
- d) A aprovação de contas pelos órgãos de controle interno, como uma Controladoria-Geral, obstaculiza a aplicação das sanções previstas na Lei 8.429/1992.
- e) Para a caracterização dos atos de improbidade, não basta a voluntariedade do agente, exigindo-se vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado na Lei 8.429/1992.

**FUNDAMENTOS DA AUDITORIA INTERNA  
GOVERNAMENTAL***Tonyvan Carvalho*

**41.** O Modelo de Três Linhas foi desenvolvido pelo The Institute of Internal Auditors com o objetivo de ser uma referência para as organizações na identificação de estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Por ser aplicável a todas as organizações, entidades como a Controladoria-Geral da União têm incentivado a sua adoção.

No Modelo de Três Linhas, a auditoria interna:

- a) assume papéis de segunda linha, que incluem apoio e monitoramento de questões relacionadas a riscos;
- b) não tem papel especificado, uma vez que avalia o processo de governança e gerenciamento de riscos;
- c) presta avaliação independente sobre questões relativas ao atingimento dos objetivos;
- d) situa-se na primeira linha e estabelece diretrizes institucionais para o gerenciamento de riscos;
- e) tem a responsabilidade de avaliar a efetividade da adoção do modelo.

**42.** Um auditor foi designado para realizar um procedimento de auditoria relativo à aquisição de bens de consumo já distribuídos à população. Os procedimentos incluem verificar se a quantidade adquirida e entregue, conforme documentos fiscais e registros de entrada de estoques, foi demasiadamente grande para ser estocada nos locais indicados nos documentos fiscais, com visita ao local de estocagem dos materiais.

São técnicas indicadas para atender o procedimento:

- a) entrevista e inspeção física;
- b) exame documental e entrevista;
- c) indagação escrita e exame documental;
- d) inspeção física e revisão analítica;
- e) observação direta e inspeção física.

**43.** O auditor, no exercício funcional, deve se dedicar à obtenção de evidências suficientes para sustentar a emissão de seu parecer. Em um trabalho de auditoria de demonstrações contábeis, o auditor indica, no seu parecer, que uma opinião sobre o conjunto das demonstrações auditadas não pode ser expressada. Nesse caso, ele deve

- a) endereçar o princípio da independência.
- b) indicar as razões no parecer.
- c) propor alteração de escopo.
- d) reduzir o nível de asseguarção.
- e) replanejar o trabalho com mais testes.

**44.** Após uma avaliação abrangente da sua estrutura organizacional e dos seus macroprocessos, uma entidade pública promoveu um processo de centralização da gestão de contratos de produtos e prestação de serviços para um nível superior da estrutura, de forma que de 43 unidades executoras restaram 16. Decorrido um ano do processo, o gestor da entidade solicitou ao auditor interno um trabalho que inclui levantamento e análise dos resultados da centralização, a partir de critérios acordados entre as partes.

À luz das Normas Internacionais para o exercício profissional da auditoria interna, o trabalho deve ser conduzido a partir das especificações para um serviço de:

- a) asseguarção;
- b) avaliação (assurance);
- c) certificação;
- d) consultoria;
- e) monitoramento.

**45.** Após finalizar os procedimentos planejados, revisar e analisar os papéis de trabalho e a matriz de achados de auditoria de um trabalho de auditoria financeira para o qual fora contratado, um auditor concluiu que as demonstrações contábeis apresentavam distorções relevantes. Além disso, no julgamento do auditor, os efeitos dessas distorções sobre as demonstrações contábeis eram relevantes e generalizados.

De acordo com as normas de auditoria, diante dessa situação, o auditor:

- a) deve emitir uma opinião adversa;
- b) pode se abster de emitir opinião;
- c) deve emitir uma opinião com ressalva;
- d) pode emitir uma opinião não modificada;
- e) deve enfatizar sua conclusão nos principais assuntos de auditoria.

**46.** A implantação de controle na administração pública no mundo tem desenvolvido componentes e princípios advindos do modelo integrado de controles internos do COSO (Committee Of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission). Esse modelo está estruturado em componentes, entre os quais destaca-se a necessidade de mapear a existência de situações que possam impedir o alcance de resultados, para determinar e catalogar essas ameaças nos diversos níveis da organização.

Esse componente do modelo COSO é denominado:

- a) atividade de controle;
- b) comunicação de informações;
- c) fixação de objetivos;
- d) identificação de evento;
- e) resposta a risco

**47.** Existem diversos tipos de auditoria, contudo, uma delas possui características próprias que a distingue dos outros tipos. Dessa forma, a que apresenta uma variedade e complexidade de questões a serem tratadas, possui maior flexibilidade na escolha de temas, objetos de auditoria, métodos de trabalho e forma de comunicar suas conclusões é a auditoria:

- a) de conformidade;
- b) financeira;
- c) contábil;
- d) operacional;
- e) ambiental.

**48.** No contexto da administração pública, a auditoria operacional, como realizada pelas entidades fiscalizadoras superiores, consiste no exame independente, objetivo e confiável de operações, programas, atividades ou organizações do governo. Uma auditoria operacional em um projeto de longa duração executado por uma entidade pública gerou como recomendação a necessidade de ações que minimizem os custos de aquisição de materiais, considerados muito acima do valor médio do mercado. Essa recomendação está alinhada ao princípio do(a):

- a) eficiência;
- b) moralidade;
- c) efetividade;
- d) economicidade;
- e) interesse público.

## CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

*Herbert Almeida*

**49.** O Tribunal de Contas do Estado Alfa indeferiu o registro de admissão de diversos professores contratados pela prefeitura do Município Gama, uma vez que o provimento se deu sem concurso público.

Em sua manifestação, o Prefeito Municipal alegou que a contratação tomou por base lei municipal que afastava a necessidade de concurso para professores efetivos da rede pública. Ademais, o Prefeito alegou que a palavra final sobre a admissão caberia à Câmara de Vereadores, que detém a titularidade do controle externo.

Entretanto, o Tribunal de Contas manteve o indeferimento do registro, afastando a aplicação da lei municipal, por suposta inconstitucionalidade.

Considerando a situação acima, marque a alternativa correta, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) A Câmara Municipal poderá afastar a decisão do Tribunal de Contas do Estado, mediante decisão de dois terços dos seus membros.
- b) O Tribunal de Contas não poderá afastar a lei municipal, pois não detém prerrogativa de exercer o controle de constitucionalidade.
- c) O Tribunal de Contas poderá afastar a aplicação da lei municipal, para evitar resultado inconstitucional, em razão de violação patente a dispositivo da Constituição.
- d) Somente no caso de violação de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal caberia ao Tribunal de Contas afastar a aplicação da lei inconstitucional.
- e) Não cabe ao Tribunal de Contas realizar o controle de legalidade de admissão de servidores efetivos.

**50.** De acordo com a Lei de Acesso à Informação - Lei n.º 12.527/2011, o acesso à informação compreende o direito de obter informação:

- a) custodiada por pessoa física em decorrência de qualquer vínculo com órgãos públicos, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.
- b) a respeito de atividades exercidas pelas entidades administrativas, exceto as relativas à sua política e organização.
- c) relativa ao acompanhamento de resultados de programas, exceto quanto a metas ou indicadores propostos pelos órgãos públicos, que são temas sigilosos.
- d) acerca de resultados de inspeções e prestações de contas, desde que as contas se refiram ao mesmo exercício em que seja realizado o pedido.
- e) referentes a quaisquer projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológico.

**51.** A Comissão Mista Permanente de Deputados e Senadores, prevista no art. 166, § 1º, da Constituição Federal, recebeu denúncia sobre a realização de despesas supostamente não autorizadas na lei orçamentária anual. Após solicitar pronunciamento da autoridade responsável, a Comissão não ficou satisfeita, situação em que pediu pronunciamento do TCU sobre a matéria.

Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- a) Por se tratar de controle político, não compete ao TCU pronunciar-se sobre o tema.
- b) Cabe ao TCU solicitar pronunciamento da Comissão Mista Permanente, caso em que o Tribunal poderá propor diretamente que o Congresso Nacional promova a sustação da despesa, uma vez que se trata de contrato administrativo.
- c) Caso o TCU entenda que a despesa é irregular, a Comissão Mista Permanente poderá realizar a sua sustação, desde que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública.
- d) O TCU deverá emitir pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.
- e) Entendendo irregular a despesa, o TCU determinará a sua sustação, comunicando o fato à Comissão Mista Permanente.

**52.** Considerando a jurisprudência do STF, marque a opção correta.

- a) As decisões do TCU sobre a constitucionalidade de leis e atos normativos do poder público possuem eficácia vinculante e *erga omnes*, no âmbito de toda a administração pública federal, por se tratar de processo de natureza objetiva.
- b) A apreciação das contas de governo dos prefeitos será exercida pelas Câmaras Municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos vereadores, mas o julgamento das contas de gestão dos Prefeitos caberá ao respectivo Tribunal de Contas.
- c) O município prejudicado tem competência concorrente com o Estado-Membro para mover a ação de execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal.
- d) Os tribunais de contas têm o prazo de cinco anos, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas, para julgar a legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão, mas nesse tipo de processo não haverá concessão de contraditório e ampla defesa.
- e) O TCU somente terá competência para quebrar o sigilo bancário quando se tratar de instituições financeiras públicas, em relação aos financiamentos concedidos com recursos públicos.

**53.** De acordo com a Lei nº 8.429/1992, que trata da improbidade administrativa, o pedido de indisponibilidade de bens:

- a) pode ser formulado apenas em caráter antecedente, antes do ajuizamento da ação.
- b) só pode ser formulado se o réu tiver sido condenado em ação por improbidade administrativa.
- c) pode ser formulado em caráter antecedente ou incidente, desde que haja fundados indícios de responsabilidade.
- d) pode, em qualquer caso e desde que haja pedido do Ministério Público, alcançar os bens de família.
- e) pode ser formulado apenas após a representação da autoridade ao Ministério Público.

**54.** A Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal tem objetivo, dentre outros, promover a publicação de dados contidos em bases de dados de órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional sob a forma de dados abertos. Nos termos do Decreto nº 8.777/2016, é correto afirmar que:

- a) dados abertos são quaisquer dados gerados ou acumulados pelo Governo que não esteja sob sigilo ou sob restrição de acesso nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).
- b) a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal deve respeitar a diretriz de descrição das bases de dados, com informação suficiente para a compreensão de eventuais ressalvas quanto à sua qualidade e integridade.
- c) os dados disponibilizados pelo Poder Executivo federal e as informações de transparência ativa são de livre utilização pelos Poderes Públicos, havendo limitações impostas pelo Decreto quanto ao acesso pela sociedade.
- d) constitui objetivo da Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal franquear aos cidadãos o acesso, de forma limitada, aos dados produzidos ou acumulados pelo Poder Executivo federal, mesmo quando recaia vedação expressa de acesso a estes dados.
- e) a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal deve promover a publicidade das bases de dados como preceito geral, vedado o sigilo dos dados acessíveis ao público.

**55.** Acerca da prescrição, no que diz respeito à ação de improbidade administrativa, assinale a opção correta:

- a) o novo regime prescricional, instituído pela Lei 14.230/2021, é retroativo, em razão da aplicação dos princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.
- b) o prazo de prescrição começa a ser contado a partir da data que a autoridade toma conhecimento do fato, inclusive para as infrações permanentes.
- c) a instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração dos ilícitos referidos na Lei de Improbidade suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo, noventa dias corridos.
- d) o prazo para conclusão do inquérito civil para apuração do ato de improbidade é de 365 dias, vedada sua prorrogação.
- e) o prazo de prescrição é interrompido pelo ajuizamento da ação de improbidade, e recomeça a correr do dia da interrupção, pela metade.

## ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

*Gabriela Zavadinack*

**56.** As diretrizes norteadoras básicas que conferem racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público são estabelecidas pelos princípios orçamentários. Acerca do tema, aponte a alternativa correta:

- a) O princípio do orçamento bruto estabelece que as estimativas relativas a receitas e despesas devem ser tão exatas quanto possível, de forma a garantir à peça orçamentária um mínimo de consistência para que possa ser empregado como instrumento de programação, gerência e controle.
- b) O princípio da especificação estabelece que a Lei Orçamentária Anual não poderá registrar receitas e despesas em valores líquidos.
- c) A possibilidade de a Lei Orçamentária Anual conter autorização para abertura de créditos especiais é uma exceção constitucional ao princípio da exclusividade.
- d) O princípio da regionalização do gasto público tem como propósito atender à necessidade de se verificar, na elaboração e na execução da lei orçamentária, o cumprimento do art. 3º, inciso III, da Constituição, ou seja, o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- e) O princípio da universalidade dispõe que a Lei Orçamentária Anual poderá consignar dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.

**57.** A respeito dos Orçamentos, com base na Constituição Federal, afirma-se corretamente que os instrumentos de planejamento que definem as diretrizes de política fiscal e as diretrizes relativas aos programas de duração continuada são, respectivamente

- a) o Plano Plurianual nos dois casos.
- b) o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual.
- c) o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- d) a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.
- e) a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.

**58.** Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais podem ser objeto de emendas parlamentares. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) As emendas individuais impositivas poderão alocar recursos aos Estados, Distrito Federal e Município por meio de transferência especial e transferência com finalidade definida, sendo que pelo menos 70% das transferências com finalidade definida deverão ser aplicadas em despesas de capital.
- b) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- c) As programações decorrentes de emendas impositivas devem ter a sua execução iniciada e encerrada no mesmo exercício, sendo vedada a inscrição de tais despesas em restos a pagar.
- d) A transferência obrigatória da União a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios para a execução da programação relativa às emendas individuais e de bancada depende da adimplência do ente federativo destinatário.
- e) As emendas de bancada ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

**59.** Durante a sua execução, o orçamento anual pode ser alterado por meio de créditos adicionais. Por crédito adicional, entendem-se as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária. Sobre o tema, analise os itens abaixo:

- I. O crédito adicional especial já pode ser autorizado previamente na lei orçamentária anual, constituindo exceção ao princípio da exclusividade.
- II. Os créditos extraordinários devem ser abertos por decreto do poder executivo e submetidos ao poder legislativo correspondente. Na União, esse tipo de crédito é aberto por medida provisória do Poder Executivo e submetido ao Congresso Nacional.
- III. A vigência dos créditos adicionais restringe-se ao exercício financeiro em que foram autorizados, exceto os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro, que poderão ter seus saldos reabertos por instrumento legal apropriado, situação na qual a vigência fica prorrogada até o término do exercício financeiro subsequente.
- IV. O crédito suplementar incorpora-se ao orçamento, adicionando-se à dotação orçamentária que deva reforçar, enquanto que os créditos especiais e extraordinários conservam sua especificidade, demonstrando-se as despesas realizadas à conta dos mesmos, separadamente.
- V. O reforço de um crédito especial ou extraordinário é feito por meio da abertura de um crédito suplementar.

Das afirmativas acima, estão corretas:

- a) I, II e III apenas.
- b) III e V apenas.
- c) II, III e IV apenas.
- d) II e IV apenas.
- e) I e V apenas.

**60.** A Controladoria Geral do Estado da Paraíba é órgão pertencente à estrutura do Poder Executivo Estadual, o qual possui limites de despesa com pessoal definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Considerando o valor hipotético de R\$ 400 milhões como limite máximo para as despesas com pessoal da CGE/PB, é correto afirmar que o órgão atingirá o limite prudencial após a apuração do quadrimestre em que a despesa total com pessoal ultrapassar:

- a) R\$ 380 milhões.
- b) R\$ 360 milhões.
- c) R\$ 200 milhões.
- d) R\$ 186,2 milhões.
- e) R\$ 180 milhões.

**CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO**

*Gilmar Possati*

**61.** Acerca da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), julgue as assertivas a seguir:

I – O aspecto orçamentário da CASP compreende a apuração e evidenciação, por meio da contabilidade, dos indicadores estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), dentre os quais se destacam os da despesa com pessoal, das operações de crédito e da dívida consolidada, além da apuração da disponibilidade de caixa, do resultado primário e do resultado nominal, a fim de verificar-se o equilíbrio das contas públicas.

II – Considerando-se o objetivo principal da maioria das entidades do setor público, o desempenho dessas entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa.

III – O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) apresenta uma metodologia, estrutura, regras, conceitos e funcionalidades que possibilitam a obtenção de dados que atendam aos diversos usuários da informação contábil.

Está(ão) correta(s):

- a) I, apenas.
- b) III, apenas
- c) II e III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

**62.** As receitas públicas, quanto à procedência, podem ser classificadas em Originárias e Derivadas. Acerca dessa classificação, assinale a opção correta:

- a) Essa classificação possui uso acadêmico e não é normatizada.
- b) Apesar de estar normatizada, não é utilizada como classificador oficial da receita pelo Poder Público.
- c) A receita obtida pelo poder público por meio da soberania estatal é classificada como originária.
- d) Rendas do patrimônio mobiliário e imobiliário do Estado representam exemplos de receitas derivadas.
- e) As receitas originárias decorrem de imposição legal.

**63.** Acerca do disposto na NBC TSP – Estrutura Conceitual, assinale a opção correta:

- a) As demonstrações contábeis devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada. Essa perspectiva se alinha à característica qualitativa da representação fidedigna.
- b) Para possibilitar a elaboração das demonstrações contábeis, a entidade que reporta a informação deve captar recursos e/ou deve utilizar recursos captados anteriormente para realizar atividades em benefício da sociedade ou em nome dela.
- c) A suportabilidade é a qualidade da informação que assegura aos usuários que a informação contida nos relatórios contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar.
- d) A entidade que reporta a informação contábil do setor público deve ter personalidade jurídica específica.
- e) o recurso ou a obrigação que não satisfaça a definição de elemento definido na Estrutura Conceitual em nenhuma hipótese pode ser reconhecido nas demonstrações contábeis, haja vista que o atendimento à definição de elemento é um critério a ser observado no reconhecimento contábil.

**64.** O controle do recurso envolve a capacidade da entidade em utilizar o recurso (ou controlar o uso por terceiros) de modo que haja a geração do potencial de serviços ou dos benefícios econômicos originados do recurso para o cumprimento dos seus objetivos de prestação de serviços, entre outros.

Para avaliar se a entidade controla o recurso no presente, deve ser observada a existência dos seguintes indicadores de controle. As opções abaixo descrevem indicadores de controle, à exceção de uma. Assinale-a:

- a) Propriedade legal
- b) Acesso ao recurso ou a capacidade de negar ou restringir o acesso a esses.
- c) Meios que assegurem que o recurso seja utilizado para alcançar os seus objetivos.
- d) A essência sobre a forma
- e) A existência de direito legítimo ao potencial de serviços ou à capacidade para gerar os benefícios econômicos advindos do recurso.

**65.** O Município Audazes dos Pampas adquiriu a prazo uma máquina para uso em suas atividades por R\$ 480.000,00, para pagamento em quatro parcelas mensais iguais de R\$ 120.000,00. Se essa máquina fosse adquirida à vista custaria R\$ 400.000,00. Nesse caso, o município deverá:

- a) na data de aquisição registrar uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) pela diferença entre o valor a prazo e o valor à vista.
- b) reconhecer um ativo imobilizado pelo valor de R\$ 480.000,00.
- c) reconhecer um passivo (Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo) no valor de R\$ 480.000,00.
- d) creditar o valor de R\$ 80.000,00 como "Encargos Financeiros a Apropriar".
- e) reconhecer um imobilizado após a quitação das quatro parcelas previstas.

**66.** O Município Audazes dos Pampas necessita, em atendimento ao disposto na NBC TSP 3 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, realizar uma provisão para reestruturação. Assinale a opção que inclui custos que devem ser incluídos na Provisão para Reestruturação a ser realizada pelo município.

- a) Marketing.
- b) Novo treinamento de servidores municipais.
- c) Realocação de servidores municipais.
- d) Perdas operacionais futuras identificáveis até a data da reestruturação relacionadas a um contrato oneroso.
- e) Investimento em novos sistemas e redes de distribuição.

**67.** O Município Audazes dos Pampas comprou um título de dívida pública em novembro de X1 por R\$ 2.000,00 e, até a data do balanço, recebeu R\$ 120,00 de rendimentos pela aplicação. Na data de fechamento do balanço patrimonial, o ativo possuía um valor de R\$ 2.300,00. O título possui risco baixo e um modelo de negócios no qual há finalidade de receber os fluxos de caixa tanto quanto liquidá-lo a qualquer momento para suprir o pagamento de obrigações. Acerca dessa situação, assinale a opção que reflete adequadamente um aspecto da contabilização dessa aplicação financeira:

- a) na aquisição dos títulos, no âmbito da natureza de informação patrimonial, haverá um registro a débito de caixa e a crédito de aplicações financeiras de liquidez imediata, representando uma variação qualitativa no ativo circulante do município.
- b) na aferição dos rendimentos, no âmbito da natureza de informação patrimonial, haverá registros em contas de classe 1 e 4 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
- c) considerando as características da aplicação e o modelo de negócios, o município não precisará ajustar a valor justo a aplicação na data de fechamento do balanço, em 31/12/X1.
- d) caso o município efetue o resgate da aplicação em janeiro de X2, a fim de fazer face às obrigações de curto prazo, deve haver registro no âmbito da natureza de informação orçamentária.
- e) na aferição dos rendimentos, no âmbito da natureza de informação orçamentária, haverá registros em contas de classe 5 e 6 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

**68.** A fim de garantir a integridade dos procedimentos contábeis, assim como a qualidade, consistência e transparência das informações geradas, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) dispõe sobre algumas regras de integridade relativas ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). As opções abaixo descrevem essas regras de integridade, à **exceção de uma**. Assinale-a:

- a) Lançamentos Contábeis
- b) Conformidade Contábil
- c) Desenvolvimento de Equações Contábeis
- d) Consistência dos Registros e Saldos de Contas
- e) Pagamento e Recebimento

**69.** Entre os registros contábeis típicos do setor público está a fixação da despesa orçamentária. Para a correta escrituração desse estágio da despesa orçamentária haverá:

- a) um registro de natureza orçamentária, sem prejuízo dos registros no âmbito da natureza patrimonial e de controle.
- b) apenas registro no âmbito da natureza orçamentária, movimentando-se contas das classes 5 e 6.
- c) um registro de natureza orçamentária e outro de natureza de controle, sem registro na natureza patrimonial.
- d) apenas registro no âmbito da natureza orçamentária, movimentando-se contas da classe 6.
- e) registros em todas as naturezas de informação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP: patrimonial, orçamentária e de controle.

**70.** Considere a seguinte definição, extraída do Manual de Informações de Custos do Governo Federal:

*“é a unidade mínima de acumulação de custos, tanto diretos como indiretos, onde são identificados o consumo efetivo do recurso e o beneficiário imediato do gasto, conforme estruturado na definição do que se deseja mensurar e avaliar”*

Assinale a opção que indica corretamente a qual termo essa definição está relacionada:

- a) Parâmetro de Custo
- b) Objeto de Custo
- c) Acumulação de Custo
- d) Centro de Custo
- e) Apropriação do Custo

**71.** Como instrumento de apoio à tomada de decisão, a informação de custos deve atender atributos essenciais que permitam aos gestores conhecer tendências, estabelecer metas, acompanhar desempenho e avaliar resultados da gestão. As opções a seguir indicam atributos da informação de custos expressamente previstos no Manual de Informações de Custos do Governo Federal, à exceção de uma. Assinale-a:

- a) relevância
- b) oportunidade
- c) granularidade
- d) tempestividade
- e) comparabilidade

**72.** Acerca do Sistema de Contabilidade Federal, julgue as assertivas a seguir:

I - Compete aos órgãos setoriais de contabilidade manter e aprimorar o plano de contas e o processo de registro padronizado dos atos e fatos.

II – O Sistema de Contabilidade Federal deve evidenciar os custos dos programas da administração pública federal.

III – Compete à Secretaria do Tesouro Nacional, com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares, efetuar os registros pertinentes e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente infrator.

Está(ão) correta(s):

- a) I, apenas
- b) II e III, apenas
- c) I e III, apenas
- d) II, apenas
- e) I, II e III.

**73.** Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, julgue as assertivas a seguir.

I – A discriminação por fonte/destinação de recursos no âmbito da Demonstração dos Fluxos de Caixa permite evidenciar a origem e a aplicação dos recursos financeiros referentes à receita e despesa orçamentárias.

II – Uma entidade do setor público apresentou em seu balanço orçamentário não consolidado desequilíbrio e déficit orçamentário. Tal situação configura irregularidade e afronta aos princípios orçamentários previstos na legislação aplicável ao setor público.

III – No âmbito do balanço orçamentário, tanto o superávit financeiro utilizado quanto a abertura de créditos adicionais deverão ser detalhados no campo saldo de exercícios anteriores.

Está(ão) correta(s):

- a) III, apenas.
- b) I e II, apenas
- c) I, apenas
- d) II e III, apenas
- e) nenhuma das assertivas

**74.** O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Em relação ao Balanço Financeiro, assinale a opção correta.

- a) no caso de retenções pagas no momento da liquidação, o ente não promoverá nenhum ajuste no saldo em espécie.
- b) em relação a retenções pagas no momento da baixa da obrigação, o ente promoverá um ajuste no saldo em espécie com a finalidade de evidenciar o saldo vinculado a ser deduzido.
- c) as receitas orçamentárias serão apresentadas brutas, sem qualquer dedução, sendo evidenciadas em quadros anexos ao balanço financeiro e em notas explicativas.
- d) a classificação por fonte/destinação de recursos poderá possuir linhas agrupadas para evidenciar as fontes/destinação de recursos existentes, desde que não ultrapassem 10% do total da receita/despesa.
- e) algumas operações podem interferir na elaboração do balanço financeiro e sempre que a utilização de um procedimento afetar o resultado financeiro apurado neste demonstrativo, tal procedimento deverá ser evidenciado em notas explicativas.

**75.** Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) apresentam informações financeiras e não financeiras sobre fenômenos econômicos, além de outros fenômenos. As características qualitativas, contidas nos relatórios, são atributos que tornam a informação útil e dão suporte aos tomadores de decisão.

Cada característica qualitativa é integrada e funciona em conjunto com as demais características, de modo a fornecer informação útil nos RCPGs para cumprimento dos objetivos da informação contábil.

À luz desse entendimento, a característica a qual implica que dois observadores esclarecidos e independentes podem chegar ao consenso geral de que a informação representa os fenômenos econômicos, os quais se pretende representar sem erro material ou viés é a denominada característica da

- a) comparabilidade.
- b) representação fidedigna.
- c) suportabilidade.
- d) relevância.
- e) compreensibilidade.

**CONTABILIDADE GERAL E SOCIETÁRIA***Marcondes Fortaleza*

**76.** Em 01/09/2021, uma entidade pagou antecipadamente o seguro de seus veículos com vigência de três anos, no valor de R\$ 36.000, com início de utilização imediata.

Assinale a opção que indica a contabilização da despesa antecipada com seguro no Balanço patrimonial da entidade, em 31/12/2021.

- a) Ativo Circulante: R\$ 12.000 / Ativo não Circulante: R\$ 12.000.
- b) Ativo Circulante: R\$ 16.000 / Ativo não Circulante: R\$ 20.000.
- c) Ativo Circulante: R\$ 12.000 / Ativo não Circulante: R\$ 20.000.
- d) Ativo Circulante: R\$ 4.000 / Ativo não Circulante: R\$ 32.000.
- e) Ativo Circulante: R\$12.000 / Ativo não Circulante: 0.

**77.** A Sociedade Empresária X é do setor de varejo e comercializa suas centenas de produtos com uma garantia segundo a qual os clientes estarão cobertos pelo custo da reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente dentro do primeiro ano após a compra. A experiência passada da Sociedade Empresária e as expectativas futuras indicam que, para o próximo ano, dos seus produtos vendidos, 40% não apresentarão defeitos, 46% apresentarão defeitos menores e 14% apresentarão defeitos maiores.

Sabe-se que a Sociedade Empresária X irá incorrer:

Em custos de reparação de R\$ 300.000,00, caso sejam detectados defeitos menores em todos os seus produtos vendidos.

Em custos de reparação de R\$ 550.000,00, caso sejam detectados defeitos maiores em todos os produtos vendidos.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e a NBC TG 25 (R2) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, assinale o valor esperado do custo das reparações que a Sociedade Empresária “X” reconhecerá como provisão.

- a) R\$ 112.500,00
- b) R\$ 215.000,00
- c) R\$ 400.000,00
- d) R\$ 750.000,00
- e) R\$ 850.000,00

**78.** Considere as informações abaixo obtidas a partir das demonstrações contábeis da empresa MAVIFOR em determinada data:

Ativo Circulante:	10.000
Índice de Liquidez Corrente	2
Composição do Endividamento:	40%
Grau de Endividamento (em relação aos recursos próprios):	80%

Com base nessas informações, é correto afirmar que o valor do patrimônio líquido é:

- a) R\$ 15.625,00 .
- b) R\$ 12.500,00.
- c) R\$ 30.000,00.
- d) R\$ 7.500,00.
- e) R\$ 12.500,00.

**79.** Na fiscalização dos estoques de uma empresa, o servidor responsável recebeu apenas as seguintes informações:

- a empresa possui R\$ 50 de passivo não circulante;
- a empresa possui R\$ 50 de ativo realizável a longo prazo;
- a empresa não possui despesas pagas antecipadamente.

Os índices de liquidez são os mostrados na tabela seguinte.

Índice	Valor Calculado
Comum	5,0
Teste Ácido	1,4
Instantânea	1,4
Geral	3,0

Nesse caso, o valor dos estoques da empresa é igual a

- a) R\$ 50.
- b) R\$ 60.
- c) R\$ 70.
- d) R\$ 180.

e) R\$ 250.

**80.** O preço unitário de custo de aquisição das mercadorias revendidas pela Cia. MAVIFOR registrou uma constante redução durante todo o exercício de 2020. Logo, o lucro bruto com mercadorias terá escala ascendente se empregados, pela ordem, os sistemas de avaliação de estoques

- a) UEPS, Média Ponderada Móvel e PEPS.
- b) Média Ponderada Móvel, UEPS e PEPS.
- c) PEPS, Média Ponderada Móvel e UEPS.
- d) PEPS, UEPS e Média Ponderada Móvel.
- e) UEPS, PEPS e Média Ponderada Móvel.

**81.** Analise as afirmações a seguir acerca das informações divulgadas nas Notas Explicativas:

I. Para cada classe de ativo intangível, as notas explicativas devem fornecer informações quanto à vida útil, ao método de amortização e outras, sem a obrigatoriedade de distinguir os ativos intangíveis, gerados internamente, dos demais.

II. As notas explicativas que contêm informações sobre a base para a elaboração das demonstrações contábeis e as políticas contábeis específicas podem ser apresentadas como seção separada das demonstrações contábeis.

III. Os créditos existentes entre sociedades coligadas e controladas, de um lado, e as respectivas sociedades participantes e controladoras, de outro, devem ser detalhados nas notas explicativas.

Estão corretas apenas as assertivas.

- a) I
- b) II
- c) II e III
- d) I e III
- e) III

**82.** Os dados apresentados a seguir são relativos à demonstração dos fluxos de caixa de uma companhia.

- lucro líquido antes do desconto do imposto de renda – R\$ 10.000
- imposto de renda – R\$ 2.000
- amortização – R\$ 1.000
- ganho na venda de imobilizado – R\$ 500
- O imobilizado foi vendido à vista.
- A conta duplicatas a receber aumentou R\$ 1.200, do final do período 2019 até o final do período 2020.
- A conta fornecedores aumentou R\$ 1.400, do final do período 2019 até o final do período 2020.
- Não houve pagamento de imposto de renda no período.

Nessa situação hipotética, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais no período 2020 foi igual a

- R\$ 7.500,00.
- R\$ 9.700,00.
- R\$ 10.000,00.
- R\$ 10.200,00.
- R\$ 10.700,00.

**83.** Considerando o processo e os critérios de reconhecimento e desreconhecimento, além de outras conceituações existentes na NBC TG – Estrutura Conceitual para relatório financeiro, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) Reconhecimento é o processo de captação para inclusão no balanço patrimonial e na demonstração do valor adicionado de item que não atenda à definição de um dos elementos das demonstrações contábeis.
- ( ) Reconhecimento de ativo ou passivo específico é apropriado se fornecer não apenas informações relevantes, mas também representação fidedigna desse ativo ou passivo e de quaisquer receitas, despesas ou mutações do patrimônio líquido resultantes.
- ( ) Somente itens que atendam à definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial. De igual forma, somente itens que atendem à definição de receitas ou despesas devem ser reconhecidos na Demonstração do Resultado e na Demonstração do Resultado Abrangente. Contudo, nem todos os itens que atendem à definição de um desses elementos devem ser reconhecidos.
- ( ) Não é possível definir precisamente quando o reconhecimento de um ativo ou passivo fornece informações úteis aos usuários das demonstrações contábeis, a um custo que não supere seus benefícios.

A sequência está correta em

- V, F, F, V.
- F, V, V, V.
- V, V, F, F.
- F, V, F, V.
- V, V, V, V.

**84.** Em 02/01/2022, uma entidade contraiu um financiamento no valor de R\$ 300.000 com vencimento em 31/12/2027.

No contrato do financiamento havia algumas cláusulas a serem cumpridas.

Em 10/12/2022, a entidade comunicou ao banco que não iria cumprir uma das cláusulas contratuais.

Em 29/12/2022, o banco respondeu que não haveria sanções pelo descumprimento da cláusula.

Assinale a opção que indica a classificação do financiamento no balanço patrimonial da entidade, em 31/12/2022.

- a) Ativo realizável a longo prazo.
- b) Passivo circulante.
- c) Resultado de exercícios futuros.
- d) Passivo não circulante.
- e) Reserva de contingências.

**85.** Suponha-se que uma entidade assine contrato com um cliente para entregar os produtos A, B e C por um valor total de R\$ 300. Sabe-se que se um cliente comprasse esses produtos (A, B e C) isoladamente, pagaria um total de R\$ 340, dado que os preços isolados desses produtos são de R\$ 102, R\$ 170 e R\$ 68, respectivamente.

No que diz respeito ao Produto B, a alocação do preço do contrato total nas obrigações individuais será de:

- a) R\$ 60,00
- b) R\$ 68,00
- c) R\$ 90,00
- d) R\$ 102,00
- e) R\$ 150,00

## FINANÇAS PÚBLICAS

*Celso Natale*

**86.** Com o objetivo de reduzir a desigualdade na distribuição de renda, o Estado pode empregar diversas estratégias. Uma delas é a implementação de transferências de renda diretas ou indiretas para as classes menos privilegiadas, por meio de um sistema de tributação progressiva. Adicionalmente, a adoção de políticas macroeconômicas também pode ser utilizada, buscando alcançar o pleno emprego e controlar a inflação.

Com base no trecho acima, o Estado estaria desempenhando, respectivamente, as seguintes funções:

- a) Orçamentária e Reguladora
- b) Distributiva e Estabilizadora
- c) Alocativa e Distributiva
- d) Estabilizadora e Alocativa
- e) Reguladora e Distributiva

**87.** Cientistas do Estado da Paraíba chegaram à conclusão de que a pesca excessiva no Estado ameaça extinguir algumas espécies de peixe, em virtude da ausência de direitos de propriedade bem definidos sobre os recursos pesqueiros.

Tal argumento tem respaldo na Teoria Econômica, e é denominado:

- a) excesso de demanda.
- b) assimetria de informações.
- c) tragédia dos comuns.
- d) maximização dos lucros.
- e) custo de oportunidade ambiental.

**88.** As funções alocativa, distributiva e estabilizadora descrevem os diferentes papéis desempenhados pelo governo em uma economia. Essas funções são frequentemente discutidas na teoria econômica e ajudam a entender como o governo intervém para alcançar diversos objetivos sociais e econômicos. Com base nesses conceitos, assinale a alternativa que não condiz com a respectiva função do governo.

- a) Ao investir em projetos de infraestrutura, como estradas, pontes e redes de transporte público, para melhorar a mobilidade e a conectividade da população, o governo está exercendo sua Função Alocativa.
- b) A Função Distributiva é exercida quando o governo mantém hospitais e clínicas de saúde pública para fornecer cuidados médicos acessíveis à população e garantir o bem-estar geral.
- c) Ao implementar programas de assistência social, como benefícios de desemprego, auxílio alimentação e assistência a famílias de baixa renda, para reduzir a pobreza, o governo está adotando a Função Distributiva.
- d) A Função Estabilizadora é exercida quando o governo, por meio do Banco Central, ajusta as taxas de juros e a oferta de moeda para controlar a inflação e estimular ou desacelerar o crescimento econômico.
- e) Durante uma recessão, o governo aumenta seus gastos públicos ou reduz impostos para estimular a demanda agregada e combater o desemprego, exercendo assim sua Função Estabilizadora.

**89.** Marque a alternativa correta, no que diz respeito à Política Fiscal.

- a) é um instrumento macroeconômico que não interfere na atividade econômica.
- b) seu principal objetivo consiste na restauração do nível de emprego da economia em período de crescimento econômico.
- c) quando o intuito é expandir as condições de crescimento da renda, a Política Fiscal deve ser utilizada com instrumentos contracionistas.
- d) em uma situação de inflação elevada, a redução de alíquota tributária é uma alternativa viável para controlar o processo inflacionário.
- e) utiliza a tributação e os gastos do governo como forma de regular a atividade econômica.

**90.** Ao tratar de Déficit e Dívida Pública, existe um conceito que se refere à diferença positiva entre a receita arrecadada pelo governo e os gastos públicos, excluindo os juros da dívida. Em outras palavras, é quando o governo arrecada mais dinheiro do que gasta, sem levar em consideração os pagamentos de juros sobre empréstimos e dívidas. Esse conceito é relevante porque indica a capacidade do governo de reduzir sua dívida, o que pode ajudar a estabilizar as finanças públicas a longo prazo. Com base nesse conceito e nos seus conhecimentos sobre Déficit e Dívida, analise as assertivas a seguir:

I. o resultado fiscal, seja déficit ou superávit, é obtido pela atuação dos entes financeiros públicos, dentre os quais estão o Banco Central, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

II. o superávit primário considera também os juros líquidos da dívida pública no período em análise.

III. o superávit primário é tido como a poupança do setor público, para que arque com os pagamentos de juros sobre a dívida pública.

Está(ão) correta(s) apenas:

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) III.
- e) I e II.

**91.** Sobre finanças públicas, assinale a opção correta.

- a) a estatística “abaixo da linha” permite analisar como o governo financiou seu déficit. Por sua vez, o resultado fiscal “acima da linha” permite avaliar as causas dos desequilíbrios.
- b) a metodologia “abaixo da linha” permite ao gestor público avaliar os resultados da política fiscal corrente por meio de uma análise detalhada da situação fiscal do país.
- c) no seu conceito nominal, a Necessidade de Financiamento do Setor Público – NFSP exclui os juros sobre a dívida pública.
- d) no conceito nominal da NFSP, considera-se o componente financeiro real do resultado fiscal.
- e) a metodologia “acima da linha” é mensurada pela Secretaria do Tesouro Nacional e considera as mudanças no estoque da dívida líquida, incluindo fontes de financiamento domésticas e externas.

**92.** Com base nos conhecimentos acerca de Déficit e Dívida Pública, julgue o trecho abaixo.

"O \_\_\_\_\_ é o conceito fiscal mais amplo e representa a diferença, em determinado período, entre o fluxo agregado de receitas totais (inclusive de aplicações financeiras) e de despesas totais (inclusive despesas com juros), a preços correntes."

A alternativa que completa corretamente a lacuna é:

- a) resultado nominal
- b) resultado operacional
- c) resultado primário
- d) financiamento público
- e) gasto público

**93.** No que diz respeito ao Federalismo Fiscal, avalie os itens a seguir e assinale a opção correta.

- I. O federalismo fiscal constitui uma política de centralização financeira e orçamentária.
- II. Segundo o modelo de Tiebout, é possível induzir os agentes econômicos a revelarem suas preferências por meio da descentralização fiscal e livre mobilidade de pessoas entre os governos locais.
- III. A competição tributária horizontal resulta na provisão de bens públicos no nível socialmente ótimo.

Está(ão) correto(s) o(s) item(itens):

- a) I
- b) II
- c) I e III
- d) II e III
- e) I, II e III

**94.** No que diz respeito à Eficiência Econômica, analise os itens a seguir.

- I. Situação na qual é impossível realocar os recursos de forma que um agente econômico aumente sua satisfação sem piorar a situação de outro agente econômico.
- II. Se todos fizerem transações em um mercado competitivo, todas as transações mutuamente vantajosas serão realizadas e o equilíbrio na alocação dos recursos será economicamente eficiente.

As afirmativas acima referem-se, respectivamente, ao conceitos:

- a) de Eficiência de Pareto e ao Primeiro Teorema do Bem-Estar.
- b) de Eficiência de Pareto e ao Segundo Teorema do Bem-Estar.
- c) de Primeiro e Segundo Teorema do Bem-Estar.
- d) Primeiro Teorema do Bem-Estar e Eficiência de Pareto.
- e) Segundo Teorema do Bem-Estar e Eficiência de Pareto.

**95.** A respeito das Externalidades e dos Bens Públicos, indique qual das afirmativas abaixo está incorreta.

- a) A propriedade estatal, diferentemente da não exclusividade e da não rivalidade, não é característica inerente aos bens públicos.
- b) Caso a produção de um bem venha a gerar externalidades negativas, então o subsídio à produção pode ser uma medida útil para aumentar o bem-estar.
- c) O mero ato de consumir determinado bem é capaz de gerar externalidades negativas, sendo essa uma característica decorrente também da produção de bens.
- d) A presença de externalidades impede que a alocação de recursos seja eficiente no sentido de Pareto.

e) Ao aumentar a tributação sobre a venda do cigarro, elevando seu preço, o governo está contribuindo para reduzir uma externalidade negativa.

## ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

*Amanda Aires*

**96.** Após longo estudo realizado pelo Ministério da Fazenda decidiu-se aumentar o valor do imposto sobre a renda dos consumidores. Assim, ao fazer isso, não houve uma modificação no preço dos produtos, que não passaram a incorporar a alta de impostos. Diante da situação apresentada, qual princípio de tributação não foi violado?

- a) Capacidade
- b) Eficiência
- c) Equidade
- d) Neutralidade
- e) Produtividade

**97.** A função desenvolvida pelo Estado com o objetivo de assegurar o ajustamento necessário na apropriação de recursos na economia, visando a correção dentre outras falhas de mercado, das externalidades que fazem com que os preços não reflitam as decisões econômicas, e que por isso abre espaço para a intervenção do governo na economia é denominada função

- a) normativa.
- b) distributiva.
- c) estabilizadora.
- d) administrativa.
- e) alocativa.

**98.** Se o governo, ao atuar via função estabilizadora decide realizar unicamente uma redução dos gastos públicos:

- a) Reduz a renda de equilíbrio da economia;
- b) aumenta o multiplicador de gastos da economia aberta;
- c) reduz as exportações;
- d) torna o multiplicador do orçamento desequilibrado;
- e) eleva o déficit da balança comercial.

**99.** Com relação ao Déficit Público, marque a alternativa correta.

- a) O governo pode financiar seu déficit por meio de recursos extrafiscais.
- b) No cálculo do déficit público, segundo o conceito operacional, incluem-se as despesas com a correção monetária, mas excluem-se as despesas com correção cambial pagas sobre a dívida.
- c) O déficit de caixa considera as parcelas do financiamento do setor público externo e do resto do sistema bancário, bem como de fornecedores e empreiteiros.
- d) O déficit total indica o fluxo líquido de novos financiamentos, obtidos ao longo de um ano pelo setor público financeiro, nas três esferas de governo e administrações.
- e) A apuração do déficit pelo método “acima da linha” mede o tamanho do déficit pelo lado do financiamento.

**100.** O imposto per capita seria um imposto em que cada cidadão paga uma quantidade fixa, independentemente do seu nível de renda. Esse imposto pode ser classificado como

- a) igualitário.
- b) proporcional.
- c) progressivo.
- d) imposto de montante fixo.
- e) indireto.

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

---